

## RECENSÕES

*ORDENS Religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico.*  
Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa [et al.]. Lisboa: Livros Horizonte,  
2005. 591 p.

É conhecido por todos os historiadores que lidam com a Idade Média o protagonismo assumido pelas diferentes ordens religiosas no âmbito dos diversos reinos do Ocidente europeu, quer ao nível religioso propriamente dito, quer em domínios mais diversos, desde a cultura à vida económica ou política. A sua íntima relação com o mundo da escrita e a importância da memória, como factor estruturante e dinamizador da identidade das distintas famílias religiosas e das respectivas casas, converteram também muitos conventos e mosteiros em guardiães e depositários de um volume inestimável de documentação. É graças a ela que nos é hoje, em grande parte, permitido o acesso à realidade mais longínqua dos homens e das mulheres das sociedades medievais.

Ao contrário do que, desde o século XIX, aconteceu em muitos outros países europeus, em Portugal, esta documentação permaneceu, em larga medida, fora do âmbito do profícuo labor positivista, empenhado na edição sistemática das fontes históricas que permitiriam uma recuperação segura e rigorosa do passado. Isto apesar do caminho ter sido inaugurado por um nome da envergadura de Alexandre Herculano. As conturbadas relações entre o Estado e a Igreja que se sucederam ao advento do liberalismo (1820) e da Primeira República (1910) far-se-iam sentir, também de forma decisiva, no campo das ordens e congregações religiosas, com a extinção das casas masculinas, em 1834, e o lento definhar dos conventos femininos, proibidos, desde então, de acolherem novas candidatas. A nacionalização que sucedeu ao encerramento dos conventos e mosteiros foi particularmente atribulada no que respeita ao destino do respectivo património móvel, que incluía, não apenas o seu recheio artístico, como ainda os cartórios e as livrarias que se haviam paulatinamente constituído ao longo da sua história. As indecisões liberais face ao destino a dar a tal património, as sucessivas transferências de documentos e livros, a sua arrematação em hasta pública ou a venda em leilões com destino ao estrangeiro, a depredação que muitos cartórios e livrarias sofreram por parte de particulares ou mesmo os acidentes que os atingiram fruto de uma vigilância menos cuidada, conduziram ao desmembramento e dispersão destes acervos, quando não à perda irreparável de parte ou, nalguns casos, da totalidade dos mesmos. As tentativas perpetradas pelos diversos regimes políticos no sentido de reunir nas bibliotecas e arquivos públicos os antigos cartórios e bibliotecas conventuais conduziram a uma sucessão de incorporações mais ou menos caóticas, com a produção, nem sempre implantada, de deficientes instrumentos de descrição do acervo resgatado.

Todo este contexto motivou a emergência de uma produção bibliográfica sobre as diferentes casas religiosas marcada por uma excessiva dependência face à cronística desenvolvida no âmbito das diferentes ordens religiosas ao longo dos séculos XVII e XVIII, com uma base documental muito frágil ou mesmo inexistente, perpetuando as suas visões apoloéticas e releituras do passado que, em muitos casos, o ocultavam ou deturpavam. A renovação da historiografia religiosa operada no âmbito das universidades portuguesas sobretudo a partir da década de 1980, antecedida por estudos percursores como os de José Mattoso, Miguel de Oliveira, Mário Martins, Avelino de Jesus da Costa, Maur Cocheril ou Maria Helena da Cruz Coelho, permitiu um regresso seguro ao mundo das ordens religiosas presentes em Portugal no período medieval. A já vasta produção que desde então se vem acumulando não deixou, contudo, de se revelar muito desigual, com um investimento feito sobretudo em domínios como o dos recursos patrimoniais ou da gestão económica protagonizada pelos mosteiros e conventos, ou por uma incidência mais monográfica sobre determinadas casas religiosas, em detrimento, por exemplo, de abordagens institucionais ou de estudos sobre o recrutamento social das respectivas populações, que só recentemente começam a atrair a atenção de mais jovens investigadores. O estado ainda calamitoso de alguns fundos monásticos, sem quaisquer instrumentos de descrição ou com inventários muito deficientes, a par da dispersão ou (aparente) perda de outros cartórios conventuais, justificou, por outro lado, que diversas casas ou mesmo algumas ordens, no seu conjunto, permanecessem praticamente incólumes à atenção dos historiadores.

Face a este panorama, o presente *Guia Histórico das Ordens Religiosas em Portugal*, da autoria de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, representa, a diversos níveis, um esforço deveras louvável. Desde logo, pela sistematização que procurou fazer das informações relativas à presença das diversas ordens religiosas em Portugal. O esquema adoptado pelos autores para a sua apresentação revela uma visão renovada do próprio fenómeno da vida religiosa, ao insistir na distinção entre as diversas formas em que esta se traduziu ao longo do período medieval (monaquismo, ordens mendicantes, vida canónica e ordens religiosas-militares) e em num acentuar da dimensão institucional como factor estruturante para uma sua compreensão mais integrada (divisão em ordens, províncias e casas). As excelentes introduções às diversas formas de vida, assumidas por reconhecidos e competentes investigadores portugueses (José Mattoso, Carlos A. Moreira Azevedo, António de Sousa Araújo e Luís Filipe Oliveira), permitem integrar com rigor o itinerário proposto pelas diversas ordens que lhes deram expressão. Se, neste último domínio, a informação recolhida é a possível, face ao estado actual da investigação historiográfica, importa realçar a preocupação dos autores em obviar a algumas das lacunas daí decorrentes, por meio da integração do contributo de historiadores com trabalhos inovadores na história de algumas ordens religiosas ainda insuficientemente conhecidas, como sejam as ordens religiosas-militares ou os grupos eremíticos que integrariam, no século XVI, a Ordem dos Paulistas. A constituição de uma equipa de trabalho a partir de investigadoras que conduzem, ao presente, estudos decisivos sobre outras famílias religiosas, nomeadamente os Dominicanos, as Clarissas e os Lóios, permitiu ainda levar mais longe a actualização das notícias históricas dedicadas a estas ordens e às respectivas casas, sendo, a nosso ver, de lamentar que as respectivas autorias não fossem individualizadas na obra em causa.

Um segundo aspecto a realçar diz respeito ao imenso esforço de sistematização das informações sobre o paradeiro da documentação respeitante às diversas casas religiosas e de descrição da mesma passível de orientar os leitores interessados nos meandros ainda

difíceis dos arquivos portugueses. Em alguns casos, como aconteceu para o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, o Arquivo Distrital de Évora e o Arquivo da Universidade de Coimbra, a falta de instrumentos de descrição para muitos fundos, sobretudo monásticos, foi suplantada por um escrutínio sistemático aos respectivos acervos, permitindo trazer à luz do dia uma mole imensa de documentação quase ou mesmo de todo desconhecida dos investigadores. Contudo, o mesmo critério resultou menos claro para outros arquivos, como seja o importante Arquivo Distrital de Braga, no que respeita aos fundos de origem não conventual. É menos conseguida a disparidade de critérios na apresentação de alguns destes fundos, nomeadamente na falta de indicação, para os cartórios sem suficientes instrumentos de descrição, dos livros e maços precisos com interesse para o período medieval. Do mesmo modo, não deixa de ser discutível a recorrente exclusão de qualquer menção à existência de cópias modernas de diplomas medievais, tendo em conta, sobretudo, que em não poucos casos estas constituem a única alternativa face ao desaparecimento dos respectivos originais. Por outro lado, e embora reconheçamos a necessidade de fazer opções num projecto desta envergadura e a impossibilidade de controlar a dispersão que atingiu os cartórios conventuais (tornando passível a presença de documentação deles oriunda em instituições muito díspares e por vezes inesperadas), não nos parece clara a razão da omissão, no *Guia*, de alguns acervos, como os do Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu Nacional de Arqueologia, da Fundação Casa de Mateus, do Arquivo Histórico da Cúria Patriarcal de Lisboa ou dos arquivos das casas religiosas de Cucujães e de Cernache do Bonjardim.

Um terceiro aspecto a salientar na apreciação desta obra é o inestimável contributo prestado na reunião de uma vasta bibliografia, em muitos casos dispersa e de difícil acesso, respeitante às diversas ordens religiosas e às suas casas. Os mais de 1500 títulos reunidos na bibliografia final dizem bem da já vasta produção historiográfica que este domínio suscitou em Portugal. A sua distribuição pelas ordens e casas denuncia, contudo, as muitas lacunas ainda existentes, particularmente gravosas para algumas famílias religiosas, que carecem de uma investigação aturada. Se para algumas delas se dirigem diversos trabalhos em curso, no âmbito da preparação de teses de doutoramento (Lóios, Clarissas, Dominicanos, Eremitas da Serra de Ossa), outras esperam ainda quem se lhes dedique de forma sistemática, como os Franciscanos, os Trinitários, os Eremitas de Santo Agostinho, os Carmelitas, os Mercedários, os Cónegos do Santo Sepulcro, os Cónegos de Santo Antão ou os de Roncesvales e os Premonstratenses. O mesmo se diga, aliás, do monaquismo pré-benedictino, que aguarda ainda uma síntese após o estudo pioneiro que lhe foi dedicado por José Mattoso para o território da diocese do Porto, e cujo *monasticon* permanece por completar para outras regiões de Portugal. Neste domínio, bastante razão têm os autores desta obra ao esperar que a mesma possa suscitar o interesse de outros para a abordagem de domínios ainda não suficientemente explorados.

As fichas monográficas feitas para cada casa religiosa fornecem também importantes informações sobre a localização e estado actual dos antigos edifícios monásticos, sobre as fontes manuscritas e impressas sobreviventes e a bibliografia a elas respeitantes. Talvez se justificasse incluir nas fontes impressas os títulos que, mesmo não exclusivamente, incluem a publicação de fontes relativas ao mosteiro ou convento em causa. Apesar da eventual repetição de citações entre a bibliografia e as fontes impressas, seria certamente de utilidade para uma apreensão mais imediata do acervo de diplomas já publicados. Do mesmo modo, os mapas que precedem as notícias históricas das mesmas casas, com a cartografia da implantação de cada Ordem religiosa no território português até aos finais da Idade

Média, poderiam ter sido otimizados com a identificação das casas representadas, permitindo, assim, uma maior ligação com as fichas elaboradas para cada convento ou mosteiro.

Muitas destas observações, parte delas de pormenor, não devem, contudo, ocultar o carácter inovador e a importância fundamental desta obra. Como refere José Mattoso, no prefácio que redigiu para o *Guia*, os muitos méritos que ele revela, de rigor, de exaustividade, de abrangência, de crítica, de inovação, permitem apresentá-lo como um instrumento de trabalho que se torna, doravante, imprescindível para quem deseje embrenhar-se no mundo da história medieval portuguesa, quer demande o campo específico da história religiosa, quer vise inquirir outras realidades por meio da profícua documentação que os habitantes dos mosteiros e conventos ciosamente guardaram e que pôde sobreviver às intempéries do tempo. Dispõe-se agora de um útil e completo guia das ordens religiosas documentadas no território português ao longo da Idade Média, na linha, aliás, de outras obras similares produzidas em distintos países do Ocidente europeu. Se o presente *Guia* não deixa de evidenciar a sua influência, e muito particularmente do *Guide pour l'histoire des Ordres et des Congrégations Religieuses (France, XVI-XX<sup>e</sup> siècles)*, dirigido por Daniel-Odon Hurel (Turnhout – Belgium, 2001), importa também reconhecer que as muitas especificidades do caso português, impostas por factores tão diversos como a heterogeneidade da produção historiográfica nacional ou as lacunas registadas na inventariação dos cartórios monásticos ou conventuais, aliadas ao carácter pioneiro desta obra no âmbito da historiografia portuguesa, obrigaram a soluções diversas, que os coordenadores do *Guia* demoradamente enunciam na respectiva introdução e que aqui procurámos comentar.

Por último, importa realçar a história desta obra. Com efeito, o *Guia* é fruto de um projecto de três anos, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Fundação Calouste Gulbenkian, para além dos apoios dispensados por muitas outras instituições, e acolhido pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Tal facto vem, a nosso ver, comprovar o papel fundamental desenvolvido por este Centro no panorama da renovação da história e da historiografia religiosa em Portugal, na sequência do pioneirismo que assumiu, desde a sua fundação, por meio da revista *Lusitania Sacra*, que completou já os seus 50 anos de existência, das inúmeras iniciativas científicas que sempre quis abertas a um público vasto e congregadoras das diversas academias portuguesas, e dos muitos projectos de investigação que patrocinou. Entre os mais recentes, refiram-se os respeitantes à reconstituição prosopográfica do clero catedralício português (*Fasti Ecclesiae Portugaliae*), da História das Misericórdias (*Portugaliae Monumenta Misericordiarum*), ainda em curso, e a síntese coordenada por Carlos Moreira Azevedo sobre a *História Religiosa de Portugal*, complementada pelos quatro volumes do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. O presente *Guia* surge, assim, como fruto maduro de todo um percurso, convidando a novas incursões que possam, no futuro, preencher algumas das lacunas e silêncios que o mesmo denuncia, impostos (ainda) pelo panorama da actual historiografia portuguesa.

João Luís Inglês Fontes